

# BDA

Boletim de Direito Administrativo

## SUMÁRIO

### DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

NEOCONSTITUCIONALISMO E CIBERDEMOCRACIA – Desafios para implementação da cidadania@ na perspectiva de Pérez Luño (Valéria Ribas do Nascimento) ..... 127

A LEGALIDADE E O LIMITE DO PODER-DEVER REGULAMENTAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO (Kátia Regina Camila Catalano) ..... 142

O ENSINO DE DIREITOS HUMANOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (Fernanda Santinelli e Cléria Donizete da Silva Lourenço) ..... 158

### JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

PENSÃO POR MORTE – Benefícios revertidos antes da promulgação da EC nº 20/1998 – Pensão decorrente da anistia, em virtude do AI nº 5, caracterizando verdadeira indenização, recebida com outra, fruto de vínculo jurídico mantido pelo falecido com o Estado – Legalidade da cumulação (STF) ..... 171

PROCON ESTADUAL – Procedimento administrativo – Infração às relações de consumo – Aplicação de multa – “Maquiagem de produto” – Venda de refrigerante em volume menor do que o habitual – Redução do conteúdo informada na parte inferior do rótulo e em letras reduzidas – Não apresentação de informações “claras, precisas e ostensivas” – Vício de quantidade do produto – Responsabilidade solidária do fornecedor (*lato sensu*) – Afronta ao dever de informação – Violação do princípio da confiança – Legitimidade da sanção administrativa (STJ) ..... 177

ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS – Médica oficial da polícia militar e professora de universidade federal – Possibilidade – Militar que atua na área da saúde, não desempenhando funções tipicamente exigidas para a atividade castrense – Cargo de médico que possui natureza científica, por pressupor formação em área especializada do conhecimento, dotada de método próprio – Compatibilidade de horários caracterizada – Inteligência do art. 37, inc. XVI, al. b, da CF (STJ) ..... 188

PROMOTOR DE JUSTIÇA – Promoção por merecimento – Formação de lista triplíce – Cálculo da primeira quinta parte da lista de antiguidade – Resultado fracionário menor que 0,5 – Arredondamento para baixo – Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Estadual – Razoabilidade – Inexistência de critério constitucional, legal ou regulamentar superior – Interpretação do art. 93, inc. II, al. b, c/c o art. 129, § 4º, da CF – Critérios determinados pelo Conselho Nacional de Justiça que não se estendem aos membros do *Parquet* – Não caracterização de litigância de má-fé (TJSC) ..... 193

SERVIDOR PÚBLICO – Publicação, em sítio eletrônico oficial, dos vencimentos de forma nominal – Alegado direito de acesso a informação de interesse coletivo ou geral – Ofensa ao princípio da proporcionalidade – Interpretação exagerada do alcance da Lei nº 12.527/2011 – Observância aos princípios da Administração Pública, da inviolabilidade da vida privada e da intimidade do agente público (TRF4ªR) ..... 209

continua...